

## **Governamentalização e criminalização da pobreza: constituição do discurso jornalístico sobre um bairro do Recife em três décadas (*Diário de Pernambuco, 1970-2000*)<sup>1</sup>**

Alexandre Simão de FREITAS<sup>2</sup>

João Pereira VALE NETO<sup>3</sup>

### **Resumo**

Com este artigo nos propomos a analisar o entrelaçar de três décadas (1970-2000) do jornal mais antigo de PE, o Diário de Pernambuco com a comunidade do Coque, localizada no centro de Recife e estigmatizada como uma das mais violentas da capital. Identificamos que o discurso da violência ou da criminalização da pobreza se constitui a partir de um jogo de forças que envolvem discursos sociohistóricos outros, nos quais o bairro do Coque também está inserido, como os discursos da governamentalização (Foucault, 2008), do desgoverno e do “governo de si”. Esses discursos demonstram que a questão da violência, longe de se resumir a uma questão de visibilidade tácita, diz respeito também a disputas que envolvem questões sociohistóricas que estão profundamente imbricadas com o jornalismo e as formas de poder.

Palavras-chave: história do jornalismo – criminalização da pobreza – governo de si – desgoverno – governamentalização

O presente trabalho é fruto de pesquisas anteriores<sup>4</sup> (SILVA, 2009) nas quais elencamos tematizações sobre um bairro pobre do Recife (o Coque), durante cerca de trinta anos (1974-2006) do jornal mais antigo do Estado, o Diário de Pernambuco. Essas tematizações foram obtidas a partir da “busca” da palavra Coque em todo o impresso, o que resultou na coleta de 1.400 notícias. Como resultado da investigação, os pesquisadores escolheram 146 notícias (entre outros gêneros jornalísticos como

---

<sup>1</sup> Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE, alexshiva@uol.com.br

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE, jono.vale@gmail.com

<sup>3</sup> Esse artigo tem o apoio do Fundo Nacional de Cultura do Ministério da Cultura e do Programa de Apoio à Extensão Universitária - PROEXT da Secretaria de Educação Superior do MEC.

<sup>4</sup> Dentre elas, destacamos a pesquisa “Coque Vive: investigação do repertório sócio-histórico de um bairro do Recife”, realizada em 2007-2008, sob o patrocínio do Coletivo de Jovens da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais/FLACSO, com a coordenação de Rafael Filipe Souza da Silva.



editoriais, cartas, notas, etc) que representavam, majoritariamente, os temas encontrados.

Poderia-se, por um lado, perguntar qual o sentido de produzir uma pesquisa tão exaustiva. Para responder a esse questionamento teríamos que contextualizar parcialmente o bairro do Coque no contexto da cidade do Recife e os problemas sociais e comunicacionais em que este bairro se vê envolvido.

O bairro do Coque está localizado na Ilha de Joana Bezerra, próximo aos dois importantes centros econômicos da cidade do Recife (a cerca de 2,5 km do centro da cidade do Recife e a 3,5 km de Boa Viagem). O acesso ao bairro é feito pela Avenida Agamenon Magalhães, uma das principais vias do Recife, em direção à Estação do Metrô Joana Bezerra. Relatos populares indicam que o Coque surgiu no início do século, a partir do desmatamento do manguezal nas margens do rio Capibaribe para aterragem de lixo e a conseqüente ocupação irregular da área por migrantes da zona da mata, agreste e do sertão nordestino.

No entanto, segundo Freitas (2005), o processo de ocupação da área é mais antigo. Durante o século XIX, os antigos jagunços que vigiavam o transporte de cana-de-açúcar e outras mercadorias da zona da mata ao Sertão, foram se fixando no Coque, nascendo a partir daí, a ‘fama’ social de um local de gente violenta. Com o passar do tempo, o bairro foi recebendo migrantes de outras áreas da zona da mata, do agreste e do sertão, especialmente pela promessa por parte do governo militar de Figueiredo (1979-1985) de que os moradores receberiam a posse da terra.

Há em toda a área, também conhecida como Ilha de Joana Bezerra, um intenso processo de especulação política e imobiliária justamente pelo fato da comunidade, com cerca de 40.000 habitantes (EMLURB, 2000 apud FREITAS, 2005), estar situada na passagem central entre os pólos econômicos do Recife (Ilha do Leite, Ilha Paissandu, Centro, Boa Viagem, Ilha do Retiro). Vizinhos ao Coque foram construídos o Fórum



Desembargador Rodolfo Aureliano e o Complexo Hospitalar privado HOPE.<sup>5</sup> O desenvolvimento nos arredores da comunidade não implicou, porém, em qualquer melhoria nas condições de vida dos seus moradores. Pelo contrário, apenas evidenciou as desigualdades historicamente existentes:

A Ilha Paissandu, vizinha da Ilha de Joana Bezerra, possui 99,6% de crianças entre 5 e 9 anos alfabetizadas. Já a ilha do Coque possui apenas 29,5%, constituindo o menor índice de alfabetização da cidade. Outro vizinho importante do Coque, o Bairro de Boa Viagem, concentra em sua orla, até o Pina, um índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maior que o da Noruega. (VALE NETO, 2007, p.28)

A ‘visibilidade’ e a ‘invisibilidade’ tornam-se, assim, questões-chave para compreender a dinâmica dos atuais problemas sociais do Coque. Podemos considerar que, no caso do Coque, não foram apenas a natureza dos problemas sociais (o apelo crescente de problemas com a violência, por exemplo) que fizeram com que algumas questões se tornassem visíveis e outras invisíveis. A mídia e os seus processos de linguagem e poder realizaram um papel determinante na manipulação, reiteração e consolidação do que é possível ou não de ser visto sobre a comunidade do Coque. A pretexto de retratar a violência do bairro, historicamente os meios de comunicação acabaram estigmatizando-o, associando-o com certa ‘naturalidade’ a práticas sociais desvalorizadas, como evidenciado abaixo:

Crianças chafurdam na lama com suas armas de brinquedo em punho. [...] Despenteadas, sujas, catarro escorrendo no nariz. Mais lama fedorenta ao fundo. Alguns mocambos semi-destruídos. O clima parece tranqüilo, a comunidade parece já estar acostumada à miséria e à violência do local. (Diário de Pernambuco, 19/09/1976).

Podemos dizer que, reiteradamente, os discursos sobre o Coque veiculados nos grandes meios de comunicação alimentaram a ‘má fama’ do bairro. A violência acabou por se tornar não apenas a única visibilidade possível como também se cristalizou a partir de práticas discursivas que aprisionaram o sentido do bairro a este tipo de prática social. Não é de se espantar que, em 12/01/1997, uma matéria do Diário de Pernambuco

---

<sup>5</sup> João Paulo doa terreno para nova sede da OAB no Coque. Idéia é transformar área em pólo jurídico. Disponível em <http://acertodecontas.blog.br/atualidades/joao-paulo-doa-terreno-para-nova-sede-da-oab-no-coque-ideia-e-tranformar-area-em-polo-juridico/> Acessado em 15/07/2008.



sentencie: “*Coque, morada da morte*” para se referir aos crimes relacionados ao bairro.

Como vemos, o objetivo de realizar uma pesquisa que “varresse” a palavra Coque dentro do jornal Diário de Pernambuco, o mais antigo do Estado, era tentar encontrar as relações, dentro do jornalismo, que transformaram essa palavra em quase um sinônimo da violência. Encontramos, nesse percurso, a violência como uma verdade, uma exposição comum no cotidiano do discurso jornalístico sobre o bairro<sup>6</sup>. Historicamente, ela se torna um vetor que vai “marcar” o bairro do Coque. No entanto, ao longo do corpus pesquisado, também encontramos outros temas, que comportavam assuntos outros, distintos da violência. Ao confeccionar o livro de clipagem, dentre as 146 notícias, os pesquisadores identificaram, também, os seguintes temas: *A luta pela terra, a pobreza como estigma, o metrô, shopping, narcotráfico, esportes, iniciativas, cartas, notas*. Havia, entre esses temas, distinções tácitas com o Coque da violência.

Iniciou-se, então, entre os pesquisadores, um percurso de inquietação: como foi possível, dentro do discurso jornalístico, que a violência sobre o bairro do Coque se legitimasse como a verdade sobre o bairro do Coque?

### **Verdade e regimes de verdade**

A história de um meio impresso como um jornal se oferece como um emaranhado de forças. Forças que se polarizam e se juntam por meio de processos técnicos, econômicos, históricos e por linhas que sustentam determinada perspectiva, determinada visão de mundo e assim fazem prevalecer o que chamamos, usualmente, de uma versão da realidade. Esses processos são bastante estudados dentro do jornalismo, através de teorias como *agenda-setting*, entre outras.

---

<sup>6</sup> Em 2008-2009, demos prosseguimento a essa pesquisa a partir de uma complementação do corpus do Diário de Pernambuco, investigando de 1970 até 1974 e de 2006 até 2008. Além disso, pesquisamos também outro jornal, a Folha de Pernambuco, na época, um impresso que possuía destaque na mídia local por priorizar a violência em suas manchetes.



Por outro lado, podemos também perceber que essas linhas, essas forças que usualmente tratamos por “ideologias” (embora seja esse um conceito bastante difícil, uma vez que sobrepõe conteúdo à forma), se espalham de uma maneira irregular sobre o texto Polarizam-se em determinado eixo, dissipam-se em outro. Michel Foucault (2008) interessou-se justamente por essa disposição de forças no discurso as quais geram *regimes de verdades*. Em seu trabalho arqueológico, M.Foucault evidenciou como esses regimes de verdade se caracterizavam e se constituíam historicamente. Examinou, portanto, como seria possível a um discurso dizer o que diz: “de fato, o regime de verificação não é uma certa lei da verdade, [mas sim] o conjunto das regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos.” (Foucault, p.49, 2008).

Interessa-nos aqui justamente saber como é possível a esse discurso jornalístico dizer o que ele diz sobre a violência do Coque, dada à diversidade de temas que também surgiram historicamente, e, assim, fazer sentido e legitimar-se como verdade. A problematização inspira-se nos últimos cursos de M.Foucault, no âmbito do Collège de France, sobretudo, o curso de 1978 denominado *Segurança, Território e População*, no qual Foucault discute a noção de governamentalização.

A noção emerge numa tessitura analítica que vai impor um deslocamento em relação às análises tradicionais sobre o papel do Estado. Para Foucault, o Estado não tem o privilégio que as análises políticas tradicionais lhe têm garantido. Para ele, o que se observa é que a partir da consolidação do Estado Nacional, como forma de organização política, procede-se a uma captura de focos de poder pelos aparelhos do Estado. Como ele assevera:

É certo que nas nossas sociedades o Estado não é simplesmente uma das formas específicas de exercício do poder – mesmo se for a mais importante – mas, de um certo modo, todas as formas de relações de poder devem a ele se referir. Todavia isto não se dá porque elas se derivam do Estado; mas porque as relações de poder vem sendo paulatinamente colocadas sob o controle do Estado (FOUCAULT, 2006, p. 224).



A analítica do poder desenvolvida por Foucault, a partir desse momento, implica uma ruptura em relação aos modos de analisar a racionalidade política, pois identifica a existência de uma série de relações de poder que se colocam fora do Estado e que não podem de maneira alguma ser analisadas em termos de soberania, de proibição ou de imposição de uma lei (FOUCAULT, 2006). Com isso, ele não afirma que o Estado não é importante, mas que as relações de poder se estendem para além do Estado. Isso

em dois sentidos: em primeiro lugar porque o Estado, com toda a onipotência do seu aparato, está longe de ser capaz de ocupar todo o campo de reais relações de poder, e principalmente porque o Estado apenas pode operar com base em outras relações de poder já existentes. O Estado é a superestrutura em relação a toda uma série de redes de poder que investem o corpo, sexualidade, família, parentesco, conhecimento, tecnologia e etc. (grifos nossos) (FOUCAULT, 1997, p. 122).

Assim, Foucault procurará retrair a trajetória das diversas tecnologias de poder que se desenvolveram no Ocidente a partir do final do século XVI até constituírem a sofisticada estrutura de poder que envolve o homem contemporâneo, mapeando processos que acarretaram uma progressiva organização da vida social, através de meticulosos rituais de poder que tem como objetivo o corpo, e que ele caracterizou como *biopoder*. Sob esta denominação, Foucault designará principalmente dois níveis de exercício do poder: de um lado, as técnicas que têm como objetivo um treinamento “ortopédico” dos corpos, as disciplinas; de outro lado, o corpo entendido como pertencente a uma espécie (a população) com suas leis e regularidades.

Quando Foucault fala, portanto, da biopolítica, está se referindo à forma de poder que “se situa e exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de população” (Foucault, 1997, p. 129). Cabe precisar, entretanto, o seguinte: Foucault não afirma que foi no século XVIII que pela primeira vez, a população surgiu como objeto de atuação do poder. Porém, é no século das luzes que a população começa a ser estudada, analisada e esquadrihada com o suporte das ciências humanas. Trata-se de uma nova tecnologia de poder que





começa a ser desenhada: estimativas demográficas, o cálculo de pirâmides etárias, diferentes expectativas de vida e níveis de mortalidade, estudos das recíprocas relações entre crescimento da população e crescimento da riqueza, medidas de incentivo ao casamento e procriação, desenvolvimento de formas de educação e treinamento profissional (FOUCAULT, 2006, p. 171).

Desenvolve-se uma nova racionalidade governamental, através da qual pretende-se dirigir a conduta de determinados segmentos da população, através da ampliação das estratégias de segregação punitiva por parte do Estado <sup>7</sup>. Estigmatiza-se determinados grupos populacionais, sobretudo aqueles classificados eufemisticamente como em situação de risco pessoal e social, em vez de se problematizar a violência estrutural (a desigualdade e a exclusão social). A razão governamentalizada, a fim de garantir a contenção das desordens geradas pela retração da proteção social, utiliza-se da estratégia de criminalização dos grupos considerados potencialmente perigosos (WACQUANT, 2003, p. 30). Governar, nesse sentido, passa a ser o esforço do Estado de manter sua própria sobrevivência e se solidificar diante de tudo que poderia ameaçá-lo. Do ponto de vista mais estrito do nosso trabalho de investigação, interessa particularmente a abordagem de que as relações de poder “se situam e exercem no nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços de uma população” (FOUCAULT, 1979: 129)<sup>8</sup>.

Segundo essa analítica, o exercício do poder que consiste em operar politicamente cortes constituintes na população enquanto alvo da ação governamental. Uma forma de regulamentação que visa apagar as diferenças sociais pelo controle de

---

<sup>7</sup> As medidas que configuram tal postura são pouco originais e singularmente violentas: condenações mais severas, encarceramento massivo, aplicação de legislação criminal adulta aos menores de dezesseis anos, políticas de segurança zero, etc. Enfim, são medidas que evidenciam a falência do primado das proteções sociais (GARLAND, 2005).

<sup>8</sup> As pesquisas de Foucault sobre essa problemática tem despertado um conjunto variado de interesses. A publicação recente dos seus cursos no *Collège de France* tem estimulado os pesquisadores a reverem o significado desses textos em relação à sua obra publicada. O estudo das formas de intervenção de poder sobre os indivíduos a partir dos mecanismos de normalização, iniciado em meados da década de 1970, com suas pesquisas sobre o *poder psiquiátrico* e os *anormais*, indica que Foucault estava o tempo todo perguntando: o que a sociedade moderna faz com o “outro”? De fato, os cursos no final dessa década, parecem prosseguir essa interrogação fundamental: O que fazer do outro, o outro a que designamos como diferente, como desviante da norma?



sua aparição, mediante discursos e práticas de classificação, invisibilização e segregação inclusiva. Isso mostra o quanto a vida e o vivente passam a se constituir como dimensões de novas lutas políticas<sup>9</sup>. Segundo Duarte (s/d),

é justamente nesse ponto que a genialidade analítica de Foucault se evidencia: ali onde nosso sentido comum nos levaria a louvar o caráter humanitário de intervenções políticas que visam incentivar, proteger, estimular e administrar o regime e as condições vitais da população, ali mesmo nosso autor descobrirá a contrapartida sangrenta desta nova obsessão do poder pelo cuidado purificador da vida (p. 04).

Foucault descreve, de modo contundente, como a governamentalização é o que torna aceitável o “tirar a vida” numa sociedade de normalização. Entretanto, Foucault faz questão de esclarecer que por “tirar a vida” não se entende somente o assassinato direto, mas as diversas formas de exposição à morte, as expulsões, as rejeições, ao aumento dos riscos e das vulnerabilidades para alguns. Isso significa que os sistemas de saber/poder investem maciçamente nas subjetividades.

É nesse contexto que podemos perceber e analisar a prevalência das formações discursivas sobre o Coque. Vamos ver que ela não consegue explicar-se se não a percebermos em jogos de relações com o que também não é prevalente, ou tanto melhor, com aquilo que foi prevalente, mas não o é mais. Queremos dizer que, se por um lado, podemos ver claramente que esse bairro foi caracterizado, durante o período coletado, pelo tema da violência, por outro, é necessário lembrarmos, há também outras categorias temáticas que se construíram lado a lado a esta ou, afinal, foram sobrepujadas por esta. Com isso, atentamos, não estamos justificando a imagem violenta do bairro no jornalismo, ao contrário, estamos mostrando apenas a sua possibilidade histórica: seu enroscar em uma tessitura de sentidos que constroem, por fim, um efeito de verdade.

---

<sup>9</sup> A introdução da vida na esfera política governamentalizada constitui, portanto, um acontecimento decisivo da modernidade, marcando uma transformação radical das categorias políticas e filosóficas do pensamento clássico. Medidas de saúde pública, controle da imigração, dentre outras estratégias de regulamentação, desvelam a natureza biopolítica das ações públicas/governamentais na medida em que se aplicam precisamente vidas tomadas por categorias e dispositivos de um poder que as tratam como tais – vidas administradas.





Ao dizermos que esse Coque é violento estamos caracterizando-o por uma temática genérica que vai se multiplicar ao longo do corpus, crescendo de maneira vertiginosa da década de 1970 até 2006. O que vemos também é que essa violência não vai apenas se multiplicar como também se especializar. Com isso afirmamos, a partir da década de 1990 que há um aumento considerável de manchetes relacionadas à violência e ao assassinato de jovens. Por outro lado, embora haja uma “diversidade” e enorme quantidade dessas mortes, podemos afirmar que esses jovens envolvidos em situações de promoção de violências (letais e não-letais) são cada vez mais invisíveis dentro do discurso. Sua visibilidade se dá, geralmente, quando estão envolvidos em crimes envolvendo pessoas com uma condição de renda mais favorecida, aí estão, na mesma estatura que “loucos homicidas”, “delinquentes, assassinos deliberados e bandidos”. Surgem como sujeitos disfóricos da comunidade do Coque e, como tais, devem ser realmente combatidos.

Nesse aspecto, é curioso perceber que três décadas antes, nos anos 70, já existiam jovens associados à violência e ao narcotráfico (muitas pequenas notícias referentes a esse ponto foram encontradas), sendo o exemplo emblemático desse período o jovem José Everaldo Belo da Silva, conhecido como “Galeguinho do Coque”. Assaltante e homicida confesso procurado pela polícia de vários estados nordestinos, no final de 1980, Galeguinho possuía voz privilegiada nas matérias a ele relacionadas<sup>10</sup> (tanto enquanto criminoso, como ex-criminoso – categoria esta que é impossível de se encontrar na década de 90 e início do século XXI). Explicando muitas vezes a sua própria situação de criminoso ele ‘sensibilizou’ vereadores, delegados e policiais. No entanto, em 1996, o mesmo Galeguinho que chega a ser citado como ex-marginal em 1980, é retomado como um criminoso ébrio, arruaceiro e agiota, que foi “assassinado após provocar muito pânico no Coque”.

Vemos aí que a década de 90 vai se re-apropriar da questão da violência de uma maneira mais beligerante do que os períodos históricos anteriores. Nesse sentido,

---

<sup>10</sup> Galeguinho do Coque quer provar que está totalmente regenerado. *Diário de Pernambuco*, Recife, Caderno 1A, p. 12, 13/12/1982

surge a compreensão do Coque a partir de uma estratégia de guerra. Os moradores do Coque passam a ser ‘cúmplices’ e ‘colaboradores’ do tráfico de drogas, o Coque ganha desenhos de “território”, seu reduto é o dos “marginais que fogem por dentro dos manguezais”. Os moradores perdem a voz e as instâncias e aparelhos governamentais ganham mais destaque e “sobem” na hierarquia da ocupação do local de fala: não é de se estranhar que 200 policiais procurem dois jovens homicidas fugitivos ou que o termo *mega-operação* policial surja como uma resposta natural à violência do bairro.

No entanto, além desse Coque ligado à violência (o que chamaremos de “antigoverno”, posteriormente), encontramos outros. Estes foram o Coque ligado às iniciativas do Estado (governamentalização), o Coque ligado à reivindicação e reconhecimento da dignidade por parte dos moradores (governo de si) e o Coque ligado à pobreza (não-governo). Vamos, resumidamente, desenvolvê-los abaixo. Antes, porém, é importante explicarmos o sentido do que estamos chamando a relação do Coque e dos governos. Estamos, na verdade, explorando o *governar* a partir de uma visão plural que, poderíamos dizer os *governares*...Por ora, basta-nos dizer que vimos, no *corpus*, uma ampla relação entre a temática do governo, entendida como: a) quem tem o direito de dizer o que deseja/o que governa, b) qual a base do direito de se dizer o que deseja/o que governa, c) que efeitos de sentido são produzidos inter-historicamente entre esses desejos/entre esses governos.

### **1) Coque e o Governo de si**

Esse Coque já não é mais encontrado na última década do Diário de Pernambuco. Podemos dizer que ele “desapareceu” no âmbito das mídias. Trata-se de um Coque mostrado, no início dos anos 80, como um local de proeminência ativa e crítica ao Estado, que reivindicava para si a responsabilidade de se auto-chamar de *favela*. Coque esse que também compreendia os poderes municipais, estaduais e federais como instâncias de decisão e como lugares onde os direitos públicos deveriam ser cobrados.



Essa mobilidade e compreensão de si chegam a níveis extraordinários, como evidencia a notícia *Moradores do Coque lembram promessa*<sup>11</sup>. Ela reporta que, em meio a uma visita festiva do presidente militar João Batista Figueiredo à favela de Brasília Teimosa, em 1985, 100 moradores do Coque reivindicaram a posse de suas terras com cartazes de exigência, competindo por visibilidade com faixas e troças carnavalescas. Destaca-se, nesse período que a voz dos moradores ocupava mais da metade do texto jornalístico, na qual eles inquiriam sobre seus próprios problemas. Os moradores do Coque eram sujeitos do discurso, e o bairro, apesar das dificuldades, era apontado como um local de ação e reivindicação. Um outro exemplo desse enfoque é:

#### Poesia que nasce no Coque

Caro amigo: Estes poemas foram escritos por um jovem (“Vado do Coque”) que mora na favela do Coque. Estudante ainda no primeiro grau, escreveu o que sente e vive. Faz parte de uma comunidade que cresce na consciência dos direitos de seu povo e por eles luta. Quando expressa em poesia seus sentimentos, sua linguagem deixa de ser acessível ao povo simples de sua comunidade. Apesar destes dotes intelectuais, nunca deixou de ser povo nem se afasta da dor de sua gente. Precisa ser valorizado na sua arte. Por isso, solicito do amigo que publique estes poemas (Diário de Pernambuco, Recife, Caderno 1B, Panorama Literário, p. 06, 27/03/1981).

Ora, os sentidos trazidos por essa carta de leitor não compreendem o morador do Coque na sua violência e, sim, na “consciência dos seus direitos”. A associação “Governo de si” diz respeito à uma certa literatura jurídica que desenvolve o sentido da auto-dignidade de todos os seres humanos, dignidade essa que é anterior ao Estado e é a base de todos os direitos. É a partir dessa dignidade, do seu reconhecimento, que se constroem efetivamente, direitos e deveres cidadãos.

## 2) Coque governamentalizado

Há uma outra forma particular do discurso que também merece nossa atenção, por ser identificada em vários momentos da década de 1970 e seguir com frequência

---

<sup>11</sup> Moradores do Coque lembram promessa. *Diário de Pernambuco*, Recife, caderno 1A, p. 08, 05/03/1982.



nos períodos posteriores. Essa forma particular diz respeito à posição do Estado como responsável pelo que vai ser feito com o Coque e seus moradores. O Coque, nessa perspectiva, apenas surge como “material” de intervenção do Governo. Consideramo-lo como uma zona amorfa porque ele parece ser o que quer que seja feito dele. Este Coque, não possui rosto, nem corpo nem voz porque sempre encontramos o corpo e a voz do Estado. As instâncias governamentais “brincam” com ele, dando a forma que querem, seus moradores também aparecem nas matérias apenas como “coadjuvantes” ou “figurantes” dessa intenção governamental.

### **3) Coque e o desgoverno**

Encontramos esse Coque em todo o período histórico do corpus. Está associado, de certa forma, a um lugar desgovernado, no qual as pessoas estão imersas em miséria e sujeitas à violência. Por outro lado, o impacto desse desgoverno é logo mediado pelas ações do terceiro setor ou do próprio Estado que tentam “governá-lo”. É freqüente que, nessa posição, o morador do bairro surja como que desejando sair do local em que vive. Por outro lado, os personagens do bairro que emergem nesse contexto têm suas qualidades pessoais ressaltadas de forma a distingui-lo do “desgoverno” que se apresenta nos arredores. E esse arredor deve, necessariamente, evidenciar sua miserabilidade. Como podemos perceber, contudo, é que essa diferenciação só surge a partir de *outrem* (o Estado, ONGs, entre outros), tornando-se difícil, portanto, a compreensão de que esse morador já é um sujeito, que o lugar onde ele vive já é um território digno de direitos, relação que percebemos no Coque e o governo de si.

### **O jogo dos governos**

O discurso do jornalismo nesse breve período histórico revela traços constitutivos do que queremos chamar de “governos”. O prisma das relações em que o bairro Coque se envolve e é envolvido é digno de assertivas muitas vezes contraditórias. Na verdade, ao que nos parece, essa contradição nasce a partir de um determinado



Coque que surgiu em determinado momento histórico e reivindicou para si uma característica de governar-se que se associava à luta pelos direitos e ao direito de ser bem governado. Nesse momento, o Coque se reaproxima de questões de dignidade humana, tal como pontua Sarlet (2007), que, ao que nos parece, dada às análises de Foucault, não precisam mais ser, necessariamente, pautadas pelo Estado. A lógica governamental do Estado se constitui a partir de uma auto-preservação que pode ou não se pautar a partir da perspectiva da dignidade humana. Como vemos ao longo das matérias, o Coque desgovernado surge, muitas vezes, para ser, sucessivamente, governado pelo Estado: tecnologias que acabam com muriçocas, limpezas nas canaletas, mutirão de saúde para os doentes do bairro. Estamos de fato lidando com o regime das populações, com suas mensurações à luz da manutenção do próprio Estado: o que é necessário, pois, para que o Estado continue sua governança? É necessário administrar as populações. É nesse sentido que vemos, ao longo de todo o corpus, as iniciativas do Estado sobre a população, isto é, sobre os moradores do bairro do Coque. Por outro lado, há um momento decisivo no corpus, um momento, diremos, que essa população se rebela contra a forma do Estado governar. Essa rebeldia da “população” do Coque, o momento em que essa população se torna “povo” (temor, diz Foucault, de qualquer Estadista ou soberano), é quando se propõe, por parte da prefeitura local, que a área da Ilha de Joana Bezerra se torne um shopping *center*. Ora, muitas outras populações de favelados do Recife já foram deslocadas em virtude da construção de shoppings. O que acontece precisamente nesse momento histórico é que essa população se rebela, provoca passeatas e aproveita para exigir da prefeitura a posse da terra. É válido lembrar que esse período histórico determinado corresponde ao final da ditadura militar, momento em que muitos outros grupos de favelados se rebelaram no Brasil exigindo mudanças políticas. O que acontece (se fossemos realizar uma história das práticas jornalísticas nesse período) precisamente nos textos jornalísticos é uma ruptura: de um lado, claramente, percebe-se que há uma adesão por parte dos jornalistas há mobilização do Coque, por outro, como sabemos, há uma tendência editorial e política a se evidenciar que não há “melhor solução” para área da Ilha de Joana Bezerra/Coque do que a



construção de um shopping center. Por fim, o povo do Coque, rebelado, organiza plebiscitos, une-se a representantes locais, advogados e políticos e conseguiu por fim, barrar as idéias milionárias do shopping da Ilha de Joana Bezerra. Temos então aqui como vimos uma mudança de pólo: o desgoverno que, espontaneamente, se governa. E não apenas se governa como indica para o Estado a idéia de uma bom governo, a partir da reivindicação de questões ligadas à dignidade da pessoa humana, ao direito de moradia, etc, questões essas que, como bem mostrou Foucault, não são necessárias, apenas estratégicas, ao funcionamento do Estado.

Até aqui nos distanciamos das práticas discursivas e nos remetemos aos conteúdos que elas trouxeram, a história do bairro do Coque nesses trinta anos dentro de um jornal diário. Queremos, por fim, após evidenciar o pólo do governo de si, o pólo do desgoverno e o pólo da governamentalização mostrar o outro caractere que se constitui a partir desse jogo dos governares. Esse caractere é justamente o antigoverno. Isto é, é o não-governo. Esse caractere corresponde ao Coque que não governa a si nem é governado por outrem. Estamos abordando, então, o Coque da violência, justamente aquele que prevaleceu em todo o *corpus* e que cresceu de maneira exorbitante durante todo as três décadas pesquisadas. O que consideramos mais interessante no discurso do antigoverno é que ele surge no discurso jornalístico sem nenhuma associação prévia ao seu contraditório mais forte: que é justamente o Coque que possui o governo de si. Na verdade, a partir do momento em que o Coque antigoverno surge, dizemos que o Coque do governo de si desaparece. Por outro lado, às várias tentativas do Estado de governar o Coque durante toda a década de 80 e 90, a partir da implementação de obras, de cooptação de líderes comunitários, de mutirões de saúde que irão humanizar o bairro, todas essas várias tentativas fracassaram. Não vamos dizer “fracassaram” porque, sabemos, não é o interesse próprio do Estado governar o Coque, é interessante ao Estado que o Coque possa ser motivo de existência do Estado. Então, como vemos, o surgimento do Coque do antigoverno tem como resposta por parte do Estado simplesmente a luta, a batalha para governamentalizar o Coque, realizando para isto, uma estratégia de guerra digna do Vietnã, Golfo ou do Iraque: desprezar os mortos, em



sua maioria, os jovens assassinados, de forma a evidenciar, a partir do antigoverno, o desgoverno e com isso justificar mais a intervenção estatal, sempre contínua, nunca definitiva, intervenção sobre a vida e sobre a morte dos moradores do bairro. É essa pois a aparência da violência no jornal diário, que surge imbricada entre as razões governamentais do Estado de um lado e a razão governamental de uma comunidade do Recife do outro, isto é, entre a auto-sobrevivência e a existência digna.

### Referências

- FOUCAULT, M. *Seguridad, território, población*. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.
- FOUCAULT, M. *Resumo dos Cursos do Collège de France*. Rio: Jorge Zahar, 1997.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. O nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- DUARTE, A. *Sobre a Biopolítica: de Foucault ao Século XXI*. Sem local: sem data (mimeo).
- SARLET, Ingo. W. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. In: *Revista Brasileira de Direito Constitucional (RBDC): Revista do Programa de Pós-Graduação “Lato Sensu” em Direito Constitucional*. Escola Superior de Direito Constitucional (ESDC) – São Paulo: ESDC, 2007. N.9 pp.361-379
- SILVA, Rafael Filipe Souza et all. *Coque vive: uma investigação sobre o repertório sociohistórico de uma comunidade da periferia do Recife (PE)* IN: Juventudes do Nordeste do Brasil, da América Latina e do Caribe. Coleção “Jóvenes em El saber”. Vol.3 Teresina: UFPI, 2009
- VALE NETO, João Pereira. *Coque: a morada do vínculo*. Trabalho de conclusão de curso (mimeo). Departamento de Comunicação Social da UFPE, 2007
- WACQUANT, L. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- WACQUANT, L. *Punir os pobres. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. A onda Punitiva. Rio de Janeiro, Revan, 2003.

